

# VELHICES E TERRITÓRIOS: OLHARES INTERDISCIPLINARES

Marcia Regina Medeiros Veiga

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra – CEIS20/iii/UC, Bolsista Doutorado Pleno CAPES/Brasil  
(marciarmveiga@gmail.com)

António Manuel Rochette Cordeiro  
Universidade de Coimbra, CEIS20/iii/UC  
(rochettecordeiro@fl.uc.pt)

Sónia Cristina Mairós Ferreira  
Universidade de Coimbra, CEIS20/iii/UC  
(smairósferreira@fpce.uc.pt)

Monalisa Dias de Siqueira  
Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul  
(monalisadias@gmail.com)

## RESUMO

“Diferentes territórios, diferentes velhices”. Partindo desta premissa, interessamo-nos pelas dinâmicas relacionais das pessoas idosas *com/nos* territórios onde habitam. Tomando as acessibilidades, mobilidades e sociabilidades como eixos norteadores, objetivamos perceber as lógicas/contradições, facilidades/dificuldades, vulnerabilidades/potencialidades existentes nessas dinâmicas. Transformamos, assim, a cidade de Coimbra num “laboratório social”, elegendo quatro territórios: o centro histórico; uma nova centralidade contemporânea; e duas zonas com características próximas do rural, tanto geográfica, paisagística e habitacionalmente, quanto nas vivências quotidianas, embora estes dois territórios estejam relativamente próximos ao centro urbano da cidade. Considerando a complexidade, a multidimensionalidade e o caráter relacional das categorias em análise – velhices e territórios –, construímos um plano metodológico/conceitual interdisciplinar, buscando reunir, colaborativamente, disciplinas das ciências sociais e humanas, nomeadamente a antropologia, a sociologia, a geografia, a história, a psicologia e a filosofia, apelando, ainda, à contribuição de áreas como a arquitetura e o urbanismo. A partir de observações, descrições, análises e construções cartográficas de cada um dos territórios, da realização de entrevistas semiestruturadas com moradores/as idosos/as, bem como da recolha de dados estatísticos e demográficos, em uma vertente comparativa, concluímos que os olhares interdisciplinares sobre as velhices a partir dos territórios podem ser definidores na promoção de velhices mais autónomas e felizes.

Palavras-chave: Velhices, Territórios, Interdisciplinaridade, Sociabilidades.

Classificação JEL: Z19.

## 1. INTRODUÇÃO

Identificar as interdependências das relações entre velhices e territórios, ou seja, entre as pessoas idosas e os territórios onde residem e, conforme o caso, circulam com maior frequência, tendo-se as acessibilidades, as mobilidades e as sociabilidades como eixos norteadores, é o principal objetivo de uma investigação que vem sendo desenvolvida na cidade de Coimbra, Portugal, desde o ano de 2013, com a previsão de ser concluída no primeiro semestre de 2017<sup>178</sup>. Por outras palavras, pretendemos identificar as influências mútuas que ambas as categorias tomadas para análise – velhices e territórios – exercem para a gestão e vivência tanto das velhices, quanto dos territórios, a partir das relações por elas estabelecidas e experienciadas.

<sup>178</sup> Essa investigação, desenvolvida pela primeira autora com a orientação dos demais autores, no âmbito do doutoramento em Estudos Contemporâneos (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra), intitula-se “Velhices e Territórios: Um estudo interdisciplinar no concelho de Coimbra, Portugal” e conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Esse objetivo foi construído a partir de algumas hipóteses – ou noções iniciais – em torno de nosso objeto de estudo, que pode ser caracterizado como sendo as próprias relações velhices-territórios. Assim, pressupomos que as diversas relações estabelecidas pelos vários atores em um determinado território diferem, necessariamente, das estabelecidas em um outro, o que, por sua vez, acaba por produzir diferentes vivências e experiências, incluindo aí as vivências e experiências de velhices.

Atentando-nos para as acessibilidades, mobilidades e sociabilidades dos sujeitos idosos, acreditamos que os diferentes territórios, tanto a nível domiciliar, quanto em relação ao espaço envolvente, assim como a diversidade de atores que deles fazem parte, podem ser facilitadores ou dificultadores de experiências de velhices mais gratificantes e significativas.

Dentro de uma vertente comparativa, escolhemos quatro distintos territórios de um mesmo concelho – Coimbra – na intenção de observar, analisar e compreender as lógicas/contradições, facilidades/dificuldades, vulnerabilidades/potencialidades existentes nas dinâmicas relacionais dos sujeitos idosos *com* e *nos* territórios.

Cientes da complexidade de nosso objeto investigativo, lançamos mão de um plano metodológico e conceitual interdisciplinar, apelando a um diálogo (ou, melhor dizendo, a *diálogos*, no plural) entre várias das disciplinas das ciências sociais e humanas e conclamando, ainda, a áreas consideradas mais técnicas e funcionais, como a arquitetura e o urbanismo.

Neste artigo, apresentamos o processo inicial de construção desse(s) diálogo(s) a partir de nossa compreensão de interdisciplinaridade, de algumas definições conceituais que consideramos basilares na busca de respostas exigidas pelas questões suscitadas ao longo de nossa investigação, e do projeto metodológico traçado para esse fim.

## 2. INTERDISCIPLINARIDADE: DISCIPLINAS EM DIÁLOGO(S)

Desenvolver um projeto de investigação interdisciplinar requer certo esforço. Algumas definições e escolhas fazem-se necessárias. Em primeiro lugar, o que entendemos por interdisciplinaridade? Que tipo de interdisciplinaridade pode atender ao projeto investigativo que estamos desenvolvendo? Quais as disciplinas e áreas convidadas/convocadas ao debate? Que contribuições cada disciplina – e todas elas juntas – pode(m) oferecer ao debate?

O facto de algumas esferas do conhecimento privilegiarem o saber especializado, alimentado por uma base científica positivista (Schimanski, 2013), com o estabelecimento, inclusive, de alguns conflitos entre disciplinas, que buscam, cada uma delas, proteger seu espaço, suas fronteiras disciplinares, faz com que o esforço despendido em um projeto interdisciplinar seja redobrado.

A ruptura entre ciência e filosofia, estabelecida a partir do século XIX, mas intensificada com o acelerado desenvolvimento científico alavancado no século XX, pode ser considerada uma das responsáveis pela fragmentação do conhecimento em disciplinas (Pombo, 1993b; 2005). Por outras palavras, a especialização, essa fragmentação do conhecimento em disciplinas mais ou menos autónomas, revela a opção metodológica analítica feita pela ciência moderna: a adoção da proposta elaborada por Galileu e Descartes de “‘esquartejar’ cada totalidade, cindir o todo em pequenas partes por intermédio de uma análise cada vez mais fina” (Pombo, 2005: 6).

A especialização científica, se trouxe inegáveis benefícios, relacionados, principalmente, aos grandes avanços da ciência, já que cada disciplina teve condições de se aprofundar cada vez mais em sua própria especialidade, desenvolvendo epistemologias, metodologias, conceitos e estratégias próprias, trouxe, entretanto, alguns elevados custos: sabe-se cada vez mais acerca de cada vez menos; cria-se uma incomunicabilidade entre as chamadas ciências da natureza e as ciências do espírito; estabelece-se uma danosa hierarquização entre as disciplinas, que, como já mencionado, acabam por competir, de forma cada vez mais desigual, por financiamentos e, conseqüentemente, por visibilidade e poder (Pombo, 2005).

A complexidade dos fenómenos contemporâneos<sup>179</sup>, entretanto, reclama por uma – para dizer o mínimo – aproximação entre as disciplinas, já que a especialização não consegue responder às questões e equacionar os problemas que tais fenómenos suscitam, acabando por complexificá-los cada vez mais. Uma das saídas para os impasses gerados pela especialização disciplinar, como “as fragilidades reveladas pela prática científica no confronto com algumas problemáticas (...), as preocupações com uma ‘humanização’ das ciências e da cultura e ainda as transformações

<sup>179</sup> Esta complexidade diz respeito, “simultaneamente a ‘atribuição espontânea de um certa característica à coisa-em-si’ e [a]o reconhecimento de que ‘não possuímos uma explicação satisfatória’ para o que observamos, não temos um modelo que nos permita interligar todos os aspectos” (Pimenta, 2005: 8).

institucionais associadas ao trabalho em rede” (Pimenta, 2005: 8), seria, então, a **interdisciplinaridade**<sup>180</sup>.

As noções construídas em torno do conceito de interdisciplinaridade são recentes. Paviani (2008: 9) estabelece os limiares dos anos 70 do século XX como marco do início dos estudos e da institucionalização do conceito, enfatizando o papel dos movimentos políticos – sobretudo o Maio de 1968, em França – na reivindicação por atividades interdisciplinares no seio das instituições de ensino, e identificando, ainda, a liderança disciplinar da filosofia. Dessa forma, a interdisciplinaridade tem sua origem nas transformações nos modos de produção da ciência e na percepção da realidade, bem como de uma nova ordem política e organizacional das instituições de ensino e pesquisa (Paviani, 2008: 14).

Sinteticamente, “a interdisciplinaridade pode ser vista como uma teoria epistemológica ou como uma proposta metodológica” (Paviani, 2008: 14).

Nossa concepção de interdisciplinaridade aponta, de forma epistemológica, conceitual e pragmática, para a convergência, complementaridade e cruzamento entre as disciplinas. O apelo interdisciplinar se dá, dessa forma, na tentativa de se responder a um problema complexo, atendendo, ainda, às multidimensionalidades de um determinado objeto de análise. O encontro entre as disciplinas, proposto em um projeto interdisciplinar, dá-se a partir dos fundamentos conceituais e metodológicos próprios a cada uma das disciplinas, que devem estar abertas a dar e a receber contributos, num movimento de trocas e convergências de conhecimentos, linguagens e estratégias, sempre buscando o alcance de novos níveis de compreensão das realidades estudadas e, conseqüentemente, a construção de novos conhecimentos (Pombo, 2013: 38).

Dessa forma, a interdisciplinaridade é compreendida como um encontro dialógico entre variadas disciplinas. No caso específico de nossa investigação, apelamos às disciplinas das ciências sociais e humanas. Esse apelo dá-se, primeiramente, pelo entendimento de que nosso objeto de análise – as relações entre velhices e territórios – são fenômenos que, embora estejam alicerçados em bases naturais, são construídos – em suas representações, imaginários, significados e sentidos – dentro de contextos sociais e culturais. Em segundo lugar, por entendermos que analisar tal objeto sob a(s) ótica(s) das ciências sociais e humanas é uma exigência do próprio contexto sociocultural contemporâneo, já que as questões relativas tanto à(s) velhice(s) quanto ao(s) território(s) são problemáticas sociais que se impõem, cada vez mais e de formas mais complexas, na contemporaneidade.

Embora as ciências sociais e humanas possam ser caracterizadas como eminentemente interdisciplinares, reconhecemos que entre suas disciplinas básicas – antropologia, sociologia e ciências políticas – ainda existam certos conflitos, marcados por disputas entre forças que, embora sejam alimentadas – e mesmo engordadas – por um sistema acadêmico – moldado por uma política neoliberal e uma economia capitalista – violentamente competitivo, consideramos, para dizer o mínimo, contraproducentes e desnecessárias.

Assim, abrimos o debate interdisciplinar com o convite às contribuições que as disciplinas de antropologia, sociologia, psicologia, filosofia, geografia, história e educação possam dar e, em contrapartida, receber. Como *convidadas especiais*, por assim dizer, chamamos as áreas da antropologia e do urbanismo, já que nosso olhar direciona-se às acessibilidades (ou à falta destas) dos territórios em questão e às mobilidades (ou imobilidades) dos sujeitos idosos nesses territórios. Entendemos que, dentro da compreensão interdisciplinar perpassada pelo trabalho, a qual convoca a uma convergência, a uma complementaridade e a um cruzamento entre as disciplinas, o diálogo proposto deve ultrapassar a pluralidade disciplinar, caracterizando-se por uma interseção entre os diversos saberes e, de certa forma, construindo pontes sobre as fronteiras disciplinares.

Nossa expectativa – que tem se confirmado ao longo de nossa investigação – é de que cada uma das disciplinas aqui convidadas possa, cada uma dentro de suas especificidades epistemológicas e conceituais, mas, mais ainda, em sua abertura às demais, contribuir para o aprofundamento e o alargamento das questões, respostas e proposições levantadas.

Apenas para exemplificar, a antropologia e a sociologia possuem características epistemológicas, metodológicas e conceituais próprias que valorizam o processo investigativo, principalmente no que tange às relações estabelecidas entre pesquisadores/as e pesquisados/as, incluindo, ainda, os vários contextos onde essas relações se estabelecem. Ambas as disciplinas enfatizam o social e o coletivo, analisando os fenômenos a partir das vivências quotidianas que se processam dentro e fora das instituições, dando especial relevância às lógicas e aos significados a elas atribuídos pelas próprias pessoas que as vivenciam.

<sup>180</sup> Outras propostas de integração disciplinar seriam a multidisciplinaridade (muitas vezes entendida como sinônimo de pluridisciplinaridade) e a transdisciplinaridade. Pombo diferencia os três conceitos (interdisciplinaridade, multi ou pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade). O primeiro deve ser “entendido como qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vistas à compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes e tendo como objetivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objeto comum” (Pombo, 1993a:13). Por pluridisciplinaridade, devemos entender “qualquer tipo de associação mínima entre duas ou mais disciplinas, associação essa que, não exigindo alterações na forma e organização [do conhecimento], supõe contudo algum esforço de coordenação entre [os especialistas] dessas disciplinas” (Pombo, 1993a:12). “Finalmente, por transdisciplinaridade propomos que se entenda o nível máximo de integração disciplinar que seria possível alcançar (...). Tratar-se-ia então da unificação de duas ou mais disciplinas tendo por base a explicitação de seus fundamentos comuns, a construção de uma linguagem comum, a identificação de estruturas e mecanismos comuns de compreensão do real, a formulação de uma visão unitária e sistemática de um setor mais ou menos alargado do saber” (Pombo, 1993a:13). Paviani (2008: 21) simplifica estas definições a partir dos prefixos de cada uma das palavras com relação à integração disciplinar. Assim, multi significa juntar, coordenar; inter significa entre, combinação; intra, dentro, assimilação; e, por fim, trans tem o significado de além, fusão, holismo.

A psicologia – especialmente a psicologia social – pode contribuir a partir de seu entendimento sobre como as subjetividades e as identidades – pessoais/individuais e coletivas – são construídas. No caso específico de estudos sobre velhices, as memórias e seus referentes têm, aqui, um lugar cativo, incluindo, nesse rol de referências, e de forma muito relevante, os territórios.

As questões éticas, envolvendo tanto as velhices quanto as estruturas e relações territoriais, podem ser discutidas com um maior aprofundamento possibilitado pela filosofia. Especificamente em relação ao nosso estudo, caminhamos em direção à proposição de uma mudança paradigmática, calcada no *cuidado* enquanto um valor ético e moral que perpassa a sociedade em suas estruturas, instituições e interações diárias. A abertura dialógica à filosofia, nesse sentido, faz-se extremamente necessária.

A contribuição da geografia, por sua vez, se dá a partir das concepções de territórios, de territorialidades, de espaços, de lugares, de fronteiras. Essa disciplina ainda colabora no entendimento das questões relativas à paisagem – natural e/ou construída – e à demografia. Além disso, seu auxílio é imprescindível na elaboração de cartogramas, que serão usados como um recurso metodológico auxiliar para uma melhor visualização dos diagnósticos e das análises das situações de cada um dos territórios do estudo, com vistas a proposições futuras.

Nosso diálogo com a história se dá não só pela contextualização histórica de cada um dos territórios, a partir do resgate de seus processos formativos e de suas atuais constituições, mas, também, pelo resgate das memórias das pessoas idosas em relação aos territórios, trazidas à tona através de suas histórias de vida, ligadas a contextos maiores e mais abrangentes, do local ao global: a casa, a rua, o bairro, a cidade, o país, o mundo, em um processo dialético de trânsito entre passado, presente e futuro (mesmo que o futuro, para algumas pessoas idosas, circunscreva-se na representação de um pequeno projeto a ser desenvolvido em um curto prazo de tempo).

A educação, por fim, possibilita pensarmos em novas estratégias, em novos paradigmas, construídos em novas formas de sociabilidades a partir da informalidade, da não formalidade e da formalidade educativas, abrangendo uma educação contínua, permanente e envolvente, num espectro que abranja desde a educação infantil na mais tenra idade, até a educação de jovens, adultos e idosos.

As áreas mais técnicas e de cunho mais funcional, como a arquitetura e o urbanismo, podem dar sua colaboração a partir das discussões e de suas experiências práticas em torno das acessibilidades e das mobilidades, conceitos esses que vêm se transformando, de forma cada vez mais contundente, diante das novas configurações demográficas e de novos recursos tecnológicos, que possibilitam a construção e o desenvolvimento de novos padrões, tanto de acessibilidades, quanto de mobilidades.

A possibilidade de novos conhecimentos serem construídos a partir da convergência interdisciplinar atravessa três grandes fundamentos: a veracidade dos resultados obtidos – não como uma verdade única e intransponível, mas como um verdade possível, dadas as condições e os contextos de realização da investigação e dos sujeitos que dela participam; a integração dos saberes e dos atores envolvidos; e a eficácia das ações – ou das proposições – desencadeadas (Pimenta, 2005: 6).

### 3. VELHICES-TERRITÓRIOS SOB UM PRISMA INTERDISCIPLINAR

Como já mencionamos anteriormente, estamos desenvolvendo um projeto investigativo que tem como objeto de análise as relações estabelecidas por pessoas idosas *nos* e *com* os territórios onde vivem e, de acordo com suas possibilidades, movimentam-se com mais frequência. O *locus* dessa investigação está centrado em quatro diferentes tipologias territoriais do concelho de Coimbra, Portugal.

Assim, os critérios para a participação na pesquisa centram-se nas idades dos/as colaboradores/as – igual ou superior aos 65 anos<sup>181</sup> – e nos seus locais de residência – uma das quatro tipologias territoriais escolhidas: a zona alta do casco urbano histórico, designada simplesmente por “Alta”; uma nova centralidade urbana desenvolvida a partir da segunda metade do século XX com base em um planejamento urbano, denominada de “Solum”; e as localidades do “Botão” e do “Casal do Lobo”, regiões localizadas em pontos geograficamente distintos da cidade, com paisagens diferenciadas entre si, mas ambas com características, tanto paisagísticas quanto habitacionais e comportamentais, muito semelhantes às do meio rural, ainda que as duas localizem-se bastante próximo ao centro urbano de Coimbra, ambas com acessos facilitados para esse destino.

A opção por esses territórios não se deu aleatoriamente.

Coimbra – aqui vista como um “laboratório social” – é uma das principais e mais antigas cidades do país, tendo na sua universidade, a primeira de Portugal e a terceira mais antiga do mundo, um de seus principais pontos de referência

<sup>181</sup> Embora reconhecamos a fragilidade do critério etário como um delimitador e/ou caracterizador do que sejam sujeitos idosos, optamos por utilizá-lo em razão do peso social e cultural que comporta, sendo um critério utilizado, por exemplo, na delimitação de direitos e deveres e no estabelecimento de políticas públicas. Entretanto, a categoria etária deve ser cruzada com outras categorias analíticas, como, por exemplo, a escolaridade, a camada social de pertença, as escolhas culturais, as estruturas familiares, etc.

identitária e de reconhecimento internacional, tanto a nível educativo e investigativo, quanto turístico e patrimonial<sup>182</sup>.

Reconhecida, no âmbito da Comunidade Europeia, como a única cidade portuguesa “Referência ao Envelhecimento Ativo e Saudável”<sup>183</sup>, Coimbra apresenta-se como uma “cidade amiga dos idosos”. A geografia de muitos de seus territórios, entretanto, não é nada convidativa, principalmente às pessoas com mobilidades reduzidas e/ou condicionadas, com suas ladeiras íngremes, ruas estreitas e sem calçamentos pedonais ou estacionamentos para os automóveis que, não raro, costumam ocupar os poucos espaços destinados aos peões.

A região histórica da cidade encontra-se muito envelhecida, tanto em termos habitacionais, quanto populacionais. As habitações, por exemplo, ressentem-se, há muito, com a ação do tempo, estando degradadas e, muitas delas, abandonadas. A falta de manutenção dos espaços públicos e habitacionais reflete, além de problemas económicos específicos, agravados com a crise mundial, as dificuldades na gestão entre património e vida quotidiana. Há relatos de isolamento de idosos em pleno centro histórico, dependentes de voluntariado e da boa vontade da vizinhança ou de outras pessoas e/ou instituições. Em contraste com sua população envelhecida<sup>184</sup>, há uma grande população flutuante de jovens, vindos das mais diversas partes do globo, atraídos pela Universidade de Coimbra, o que dificulta o estreitamento de laços entre os moradores mais velhos e os mais jovens, prejudicando, assim, o desenvolvimento de uma sociabilidade mais frequente e sólida, baseada nas entreajudas e nos relacionamentos solidários e horizontais entre diferentes idades e gerações.

A escolha dos quatro territórios do estudo deu-se em razão da possibilidade de se estabelecerem tipologias para cada um deles e comparações entre si. Assim, temos as duas zonas essencialmente urbanas: o centro histórico, cuja população, conforme já referenciamos, divide-se entre pessoas muito idosas, na grande maioria vivendo sozinhas, e a população estudantil, na maioria das vezes coabitando residências estudantis, as chamadas “repúblicas”, que se espalham ao longo da cidade, mas cuja a concentração dá-se, justamente, na “Alta”; a nova centralidade urbana – a “Solum”, cujas estruturas habitacionais, comerciais, de serviços e de transportes, tanto pedonal quanto automobilístico, respeitam um planeamento territorial; e as duas áreas com fortes semelhanças – nas habitações, organizações vicinais, serviços e estruturas familiares – com o mundo rural: as zonas do “Botão” e do “Casal do Lobo”.

As especificidades de cada um desses territórios, no que respeita os aspetos humanos, históricos, geográficos, paisagísticos, sociais, culturais, arquitetónicos, estruturais e organizacionais, podem possibilitar cruzamentos comparativos necessários e enriquecedores.

As duas principais categorias em questão – velhices e territórios – e, ainda, o objeto analítico tomado em consideração – as relações estabelecidas entre ambas as categorias – obrigam-nos a pensar um projeto interdisciplinar.

Não há um tipo único de velhice; não há um único tipo de território. Por isso mesmo, referimo-nos às duas categorias sempre no plural: velhices e territórios. A multidimensionalidade e a pluralidade de relações onde/com que ambas as categorias transitam e dialogam, impedem-nos de tratá-las de forma genérica e homogénea, o que, em verdade, seria um enorme prejuízo à diversidade humana, que deve ser encorajada e respeitada, não ignorada ou mascarada em padrões e massificações excludentes.

A pluralidade e a diversidade, próprias da complexidade contemporânea, requerem, justamente, a construção de um plano metodológico/conceitual interdisciplinar. Nessa direção, buscamos reunir, de forma colaborativa, disciplinas das ciências sociais e humanas a partir de uma metodologia qualitativa que priorize as experiências quotidianas dos próprios sujeitos da investigação.

Assim, nossas primeiras inserções nos territórios deram-se com o intuito de conhecer as características, as especificidades, os movimentos e as relações estabelecidas em cada um deles. Para isso, foram realizadas observações e análises descritivas. Em seguida, passamos a uma maior interação nos territórios de estudo, com entrevistas aos idosos e às idosas que se dispuseram a participar da investigação. Estas entrevistas, ainda em andamento, são semiestruturadas, sendo analisadas em profundidade. Embora sejam baseadas em um guião construído para esse fim, são, na grande maioria das vezes, muito espontâneas, apelando às memórias, vivências atuais, aos sentidos e sentimentos das pessoas em relação aos territórios onde vivem, sempre tendo-se em consideração os eixos analíticos escolhidos: acessibilidades dos territórios e mobilidades e sociabilidades das pessoas idosas. Com base na recolha de dados estatísticos e demográficos disponíveis na Base Geográfica de Referência de Informação, do Instituto Nacional de Estatística – BGRI/INE – referentes aos Censos 2011, estamos construindo mapas de cada um dos territórios. Esses mapas têm o intuito de oferecer uma melhor visualização, tanto ao nível comparativo quanto diagnóstico, das condições encontradas pelos sujeitos idosos nos territórios onde vivem. Acreditamos, assim, na possibilidade de, ao finalizarmos o trabalho, elaborarmos algumas proposições e sugestões que qualifiquem as relações velhices-territórios, envolvendo os diversos atores e instituições sociais de variados âmbitos territoriais.

<sup>182</sup> A 22 de junho de 2013, a Universidade de Coimbra, Alta e Sofia receberam da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – o título de “Património da Humanidade”.

<sup>183</sup> Com a candidatura apresentada (e devidamente acolhida no seio da Comunidade Europeia), em 2013, por um consórcio de empresas e instituições lideradas pela Universidade de Coimbra, representada pelo sua Faculdade de Medicina, denominado “Ageing@Coimbra”. Esse consórcio pretende atrair financiamentos a partir da identificação e promoção de “boas práticas” de envelhecimento ativo e saudável realizadas na região.

<sup>184</sup> Segundo o Instituto Nacional de Estatística – INE –, em Portugal o número de idosos para cada 100 jovens era, em 2014, ano da última contabilidade, de 141. Em Coimbra, no mesmo ano, esse número já ultrapassava a média nacional: 180, 2 idosos para cada 100 jovens.

#### 4. DEFININDO ALGUNS CONCEITOS

A apropriação de alguns conceitos que julgamos basilares para a compreensão e análise das lógicas estabelecidas nas relações entre velhices e territórios é de grande importância e só pode acontecer com a necessária convergência e abertura interdisciplinar.

Essa apropriação requer certo esforço, uma vez que nossa formação acadêmica e profissional estrutura-se na disciplinaridade. Isso quer dizer que cada um/a de nós está familiarizado/a com os fundamentos de nossas próprias disciplinas, de forma individual, na maioria das vezes. Esses fundamentos abarcam toda a estrutura disciplinar, o que inclui as mais diversas concepções e definições nos âmbitos epistemológicos, metodológicos e conceituais, além de uma linguagem própria, por norma – como uma das estratégias das disputas por poder – propositadamente inacessível às demais disciplinas e especialidades. Adentrar pelos meandros de uma disciplina “estranha”, da qual estamos, na grande maioria das vezes, completamente alheios, não é uma tarefa fácil, sendo necessária uma abertura de mão dupla: de um lado por quem se envereda por esses novos caminhos; de outro, a quem cumpre o papel de guia nessa aventura, lembrando que, para um verdadeiro diálogo entre as disciplinas, os papéis devem, vez por outra, se inverter.

Uma das vantagens perceptíveis da interdisciplinaridade, tal como a estamos concebendo, é a possibilidade de um verdadeiro trânsito – quer conceitual, quer metodológico, quer epistemológico – entre as várias disciplinas. Por outras palavras, a interdisciplinaridade, compreendida como um encontro dialógico, de trocas, entre as disciplinas, possibilita que as definições conceituais, por exemplo, tão necessárias como referenciais a qualquer empreendimento investigativo, sejam estabelecidas/construídas não de acordo com uma disciplina, em específico. Mais do que responder às lógicas internas de cada disciplina, a interdisciplinaridade abre brechas para que as definições – conceituais, metodológicas, epistemológicas – sejam feitas tendo em conta o objeto de estudo – e não, necessariamente, uma disciplina –, obedecendo a um melhor enquadramento, não raro conduzido pelos caminhos percorridos no decorrer da própria investigação.

Assim, mais importante que as definições próprias a cada disciplina, são as construções coletivas, possibilitadas pela flexibilidade conquistada com a abertura interdisciplinar.

Aqui, julgamos oportuno explicitar alguns dos conceitos que embasam nossa investigação e que foram definidos a partir do diálogo interdisciplinar entre as ciências sociais.

Começamos pelas duas categorias que tomamos, a partir de suas relações, como objeto de estudo: *velhices* e *territórios*.

Entendemos *velhice* como uma categoria social cuja construção se dá tanto sobre estruturas naturais quanto culturais. Sendo eminentemente relacional, seus significados e atributos são dependentes de múltiplos contextos (históricos, geográficos, culturais e religiosos, por exemplo) e categorias (gênero, idade, ocupação, nível de instrução, dentre outras) (Veiga *et al.*, 2014: 118).

Sendo assim, as diferenças biológicas e cronológicas/etárias que separam os indivíduos são elaboradas e reelaboradas por cada sociedade, de acordo com seus valores e paradigmas. São estas (re)elaborações que determinarão os estatutos dos sujeitos velhos em cada sociedade.

Uma sociedade que tem sua base no consumo e no descarte, como a nossa (Debert, 2004), por exemplo, reserva aos seus velhos um lugar de inferioridade, se não de invisibilidade.

Embora os paradigmas e valores globais perpassem a sociedade como um todo, influenciando seu funcionamento de forma quase estrutural (principalmente quando são reforçados pelos meios de comunicação social e reproduzidos por instituições como as escolas, por exemplo), uma mesma sociedade é composta por várias coletividades, o que se traduz, por um lado, na impossibilidade de que grandes generalizações sejam realizadas e, por outro, na possibilidade de que novos paradigmas e valores sejam construídos.

Além disso, as diversas abordagens do que seja velhice – biomédicas, antropológicas, sociológicas, psicológicas – e as maneiras diversificadas como esta fase da vida é experimentada e significada pelas próprias pessoas, transformam-na em um objeto plural, não sendo possível tomá-la – nem a si, nem aos seus sujeitos – como universal e homogênea.

No que respeita à diversidade e pluralidade e às características relacionais, o mesmo pode-se dizer em relação aos *territórios*.

Nossa compreensão de território alicerça-se em uma abordagem crítica, política e transformadora da geografia. Nessa direção, os territórios são, ao mesmo tempo, cenários e atores, produzindo e sendo, eles próprios, produtos dos movimentos que ali se estabelecem: de ideias, de mercados, de capitais, de pessoas (Saquet, 2011). Os territórios são histórica e socialmente construídos. Essa construção “envolve necessariamente o poder, as contradições, as desigualdades, as redes de circulação e comunicação (transescalaridade), as demarcações, as identidades, as apropriações e dominações” (Saquet, 2014: 177). As relações sociais, dessa forma, são constituidoras dos territórios, que não tomam forma “só por meio da sua inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele[s] também (...) [são] organizado[s] discursivamente” (Godoi, 2014:444).

No âmbito de nossa investigação, interessam-nos todos esses movimentos e, em especial, as *territorialidades*, aqui compreendidas tanto em uma vertente fenomenológica, representando “as relações sociais centradas nas percepções, sentimentos, memórias, identidades, símbolos e representações”, quanto em sua concepção histórica, como “relações

políticas de governança, sem deixar de envolver processos económicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente” (Saquet, 2014: 176).

Como eixos norteadores de nosso olhar investigativo, os conceitos de *acessibilidade* e *mobilidade* também impõem-se como essenciais.

Ambos são conceitos recentes, próprios da contemporaneidade, sendo a mobilidade um condicionante da participação nos territórios, sobretudo nos meios urbanos (Rémy e Voyé, 1997), acentuando-se nos territórios em que há uma *especialização espacial* (Silvano, 2007), com serviços distribuídos em setores específicos da cidade (por exemplo, setor bancário, setor hospitalar ou de saúde, setor educacional, etc.), o que obriga as pessoas a se deslocarem de um território a outro em busca de determinado serviço.

Nessa direção, a mobilidade se assume como uma dimensão individual e necessária, quase sempre associada à autonomia e à apropriação territorial, “o momento em que transcendemos as geografias do quotidiano reinventando e projetando novos tempos e imaginários” (Teles, 2014: 10). Sob esse aspecto, a mobilidade acaba por repercutir nos diversos sistemas: sociais, culturais e psicológicos, implicando até mesmo na construção da personalidade e da identidade dos indivíduos (Silvano, 2007), que, em algumas vezes, acabam sendo estereotipados em razão de sua mobilidade – ou sua redução, condicionamento ou falta.

Relacionada à mobilidade, a acessibilidade é vislumbrada como uma forma de minimizar as dificuldades de movimento que surgem como novos desafios a partir das transformações das sociedades contemporâneas.

Compreendendo-se a mobilidade como a capacidade de os sujeitos se movimentarem pelos territórios, tornando-se agentes *nos* e *dos* territórios, a acessibilidade aparece como uma facilitadora desses movimentos. Dessa maneira, as acessibilidades – e, em contrapartida, sua ausência – podem condicionar as mobilidades.

Por fim, um último conceito cujo entendimento gostaríamos de compartilhar refere-se às *sociabilidades*.

Simmel (1983: 168) define sociabilidade como sendo “uma forma autónoma ou lúdica de sociação”. A *sociação*, por sua vez, pode ser compreendida como uma interação social entre os indivíduos motivada por recompensas, benefícios ou trocas materiais – interesses profissionais, por exemplo. Nesse sentido, a sociabilidade extrapola a sociação, sendo motivada por interesses mais subjetivos, existindo “por si mesma e pelo fascínio que difunde pela própria liberação destes laços.” (Simmel, 1983: 168).

Ainda que a sociabilidade também pressuponha trocas, essas se estabelecem, geralmente, mais a nível afetivo e de forma mais espontânea. Esse é um ponto crucial, principalmente quando focalizamos os sujeitos idosos. A perda de referenciais importantes, bastante comum a algumas pessoas idosas, acaba por fragilizá-las emocionalmente. Essa fragilidade se transforma em carência afetiva – e vice-versa, em um processo circular que só pode ser travado com a constituição de redes de apoio, quer da família, quer de vizinhos, quer de amigos, ou mesmo de voluntários e de instituições sociais e culturais, redes essas cujos nós que devem ser fortalecidos a partir de um convívio cuidadoso, solidário, fraterno e horizontal, que valorize e estimule a diversidade humana (etéria, étnica, cultural, de gênero, social...) como um fator enriquecedor para as relações sociais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, com esta comunicação, oferecer subsídios para o debate acerca da interdisciplinaridade em ciências sociais e humanas. Para tanto, partilhamos alguns pontos de nosso projeto de investigação, que tem como objeto as relações vivenciadas pelas pessoas idosas *com* e *nos* territórios onde vivem, a partir de três grandes eixos: as acessibilidades, as mobilidades e as sociabilidades.

Compreendendo nosso objeto de estudo, bem como as categorias que o compõem, como eminentemente relacionais e pluridimensionais, apelamos à interdisciplinaridade como uma possibilidade de multifacetar, também, nosso próprio olhar. Assim, fizemos a opção pelo diálogo interdisciplinar entre disciplinas que, em nossa concepção, além de passíveis a esse diálogo, podem dar sua contribuição à caminhada a que nos propusemos.

Nosso entendimento do que seja interdisciplinaridade conduz-nos a uma metodologia híbrida, de caráter qualitativo, que, ainda que lançando mão de estratégias mais técnicas e/ou quantitativas, como dados estatísticos, prioriza a profundidade analítica das experiências dos próprios sujeitos sociais a partir de suas interações *com* e *nos* territórios vividos e compreende a investigação como um processo dialógico, onde os vários saberes – das múltiplas disciplinas, dos/as investigadores/as, dos/as participantes e da própria comunidade – participam na construção do conhecimento.

Velhices e territórios são categorias vivas, em constante movimento e transformação. Enquanto categorias sociais, devem ser tomadas em sua diversidade e heterogeneidade, tendo os/as investigadores/as de estar em constante vigilância para que esta “categorização” não extrapole sua real função – facilitar o estudo do social –, cristalizando-se e engessando o dinamismo, a complexidade e o colorido da vida real e quotidiana.

O estudo do social requer uma abertura para o(s) encontro(s) com o(s) outro(s), com a(s) diferença(s), através do diálogo, da complementaridade, do respeito. A interdisciplinaridade possibilita esses encontros.

Experienciar uma velhice com segurança e com laços de sociabilidade legítimos e fortes é um direito de todos e o dever de cada um: indivíduos, coletividades, poder público e sociedade como um todo. Olhares interdisciplinares sobre as velhices a partir dos territórios podem, dessa maneira, ser definidores na promoção de velhices mais autônomas e felizes.

## REFERÊNCIAS

- Debert, G.G. (2004). *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP. São Paulo. ISBN: 978-85-314-0499-1.
- Godoi, E. P. de. (2014). Territorialidade. In: Sansone, L. e Furtado, C.A. (orgs.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. EDUFBA. Salvador. ISBN: 978-85-232-1149-3.
- Paviani, J. (2008). *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. EDUCS. Caxias do Sul. ISBN: 978-85-7061-469-8.
- Pimenta, C. (2005). Apontamentos sobre complexidade e epistemologia nas Ciências Sociais. *Sobre Interdisciplinaridade*. EDUCS. Caxias do Sul. **1(1)**: 1-37.
- Pombo, O. (1993a). Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectivas. In: Pombo, O.; Levy, T. e Guimarães, H. *Interdisciplinaridade. Reflexão e Experiência*. Editora Texto. Lisboa.
- Pombo, O. (1993b). A Interdisciplinaridade como Problema Epistemológico e Exigência Curricular. *Revista Inovação*. **6(2)**: 173-180.
- Pombo, O. (2005). Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Linc em Revista*. **1(1)**: 3-15.
- Pombo, O. (2013). Epistemología de la interdisciplinaridad. La construcción de un nuevo modelo de comprensión. *Interdisciplina*. México. **1(1)**: 21-49.
- Rémy, J. E Voyé, L. (1997). *A cidade: rumo a uma nova definição?* Afrontamento. Lisboa. ISBN: 978-97-2360-331-6.
- Simmel, G. (1983). Sociabilidade: um exemplo da sociologia pura ou formal. In: Moraes Filho, E. (org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Ática. São Paulo.
- Saquet, M.A. (2011). *Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: Uma Concepção Multidimensional Voltada para a Cooperação e para o Desenvolvimento Territorial*. Outras Expressões. São Paulo. ISBN: 978-85-6442-108-0.
- Saquet, M.A. (2014). Território. In: Boullosa, R. de F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. CIAGS/UFBA. Salvador. ISBN: 978-85-60660-10-0.
- Schimanski, E. (2013). Abordagem Interdisciplinar e Ciências Sociais. *Publicatio UEPG – Ciências Sociais Aplicadas – Applied Social Sciences*. **21(1)**: 7-8.
- Silvano, F. (2007). *Antropologia do Espaço: Uma Introdução*. Celta Editora. Oeiras. ISBN: 978-972-37-1534-7.
- TELES, P. (2014). *A cidade das (i)mobilidades – Manual Técnico de Acessibilidade e Mobilidade para Todos*. Publisher. Lisboa. ISBN: 978-989-8427-32-8.
- Veiga, M.R.M.; Cordeiro, A.M.R. e Ferreira, S.C.M. (2014). Territorialidades educadoras na construção de velhices com qualidade. *Revista Saber e Educar*. **19**: 116-127.